



Moçambique existe há 130 anos

Neste sábado (11) o nosso país deveria celebrar 130 anos desde que as suas fronteiras foram traçadas: "A linha contorcida de Moçambique moderno, fechada num abraço com os antigos territórios da África Central Britânica, não representa qualquer consequência racional da necessidade de um estado moderno, mas imortaliza o momento do dia 11 de Janeiro de 1890, em que a música cessou e os missionários, aventureiros, cônsules, pesquisadores de concessões, caçadores brancos e de toda a ralé das "partes interessadas" ficaram imobilizados em posturas que um tratado internacional não tardaria a tornar inalteráveis".

Texto: Adérito Caldeira

Foto: Zhao Yuan CSST • Mapas: Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya

continua Pag. 02 →

Divulgação

Movitel reconhece funcionários comprometidos com o sucesso da empresa em 2019

A operadora de telefonia móvel que tem a melhor rede e a maior penetração no Moçambique real reconheceu o trabalho dos colaboradores mais comprometidos com o sucesso da Movitel SA durante o ano de 2019.

Texto: Divulgação • Foto: Movitel

Através de uma análise interna, feita a partir de questionários com perguntas fechadas baseadas em modelos específicos, a Movitel SA identificou os principais fatores que interferem na Qualidade de Vida no Trabalho e na motivação dos funcionários no ambiente de trabalho. Foi utilizada também, a pesquisa bibliográfica e documental, possibilitando um conhecimento sobre a importância de uma boa Gestão de Qualidade como fator indispensável para o sucesso da organização.

Factores Motivacionais

Os fatores motivacionais estão sob o controle do indivíduo, pois se relacionam com aquilo que ele faz e desempenha. Envolvem sentimentos de crescimento individual, reconhecimento profissional, auto realização e dependem das tarefas que o indivíduo realiza no seu trabalho.

E como forma de implementação desta boa pratica a Movitel SA escolheu dos factores motivacionais – O Reconhecimento e

a Responsabilidade – Condecorando vários colaboradores com destaque ao Sr. Kalide Sousa do responsável por Políticas de Produtos e Serviços e Sr. Mitlage Chale Junior representante do Departamento de Serviços de Valor Acrescentado sendo representantes dos melhores funcionários do ano de 2019.

Sobre os factores de manutenção a Movitel SA efectuou uma revisão geral nas Políticas organizacionais sabendo que a motivação e a satisfação de cada

funcionário está ligada as Políticas organizacionais.

No entanto o melhor colaborador do ano não é o mais inteligente nem o mais brilhante – disse a maioria – mas "o mais comprometido". É aquele funcionário comprometido com o sucesso da empresa, com o sucesso dos produtos, com o sucesso dos clientes, É aquele funcionário que está sempre disposto a colaborar, mesmo que a tarefa não seja sua responsabilidade.

continua Pag. 03 →



A verdade em cada palavra.



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

Publicidade

→ continuação Pag. 01 - Moçambique existe há 130 anos

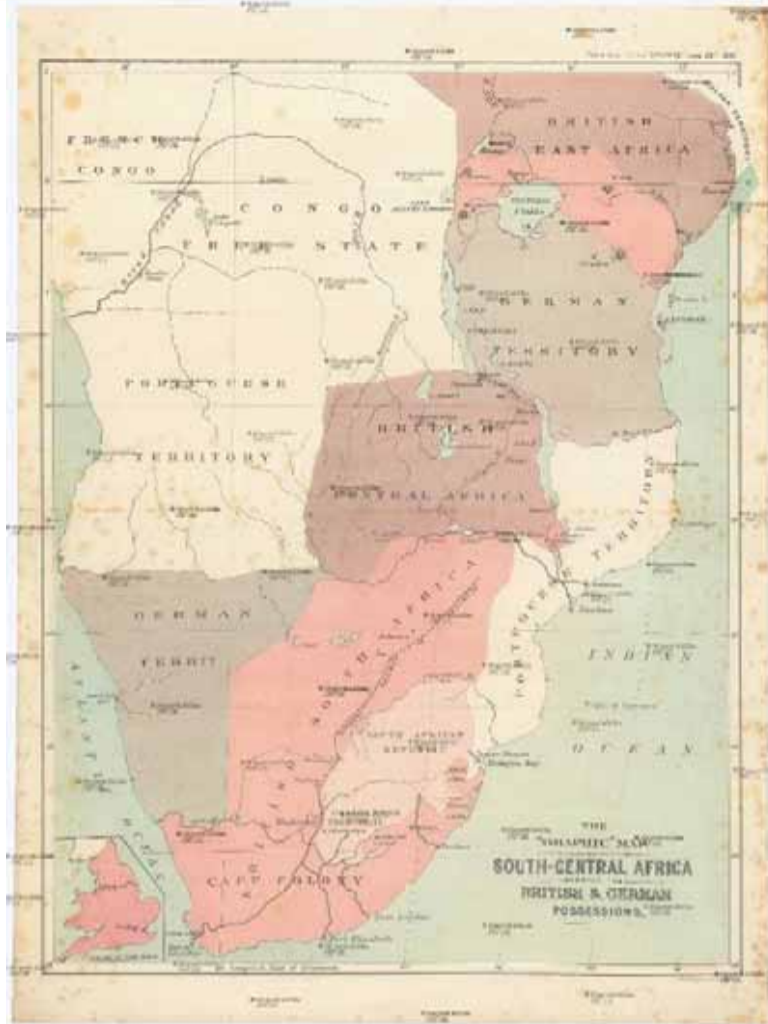
Compulsando a história ensinada nas escolas, primária e secundária, o nosso país foi delimitado na Conferência de Berlim, em Fevereiro de 1885. Nas efemérides oficiais Moçambique nasceu apenas a 25 de Junho de 1975. No entanto a Cidade de Maputo celebrou no ano passado 132 anos, Beira 112 anos, Nampula 63 anos e a Ilha de Moçambique celebrou 201 anos!

O @Verdade apurou que: “A linha contorcida de Moçambique moderno, fechada num abraço com os antigos territórios da África Central Britânica, não representa qualquer consequência racional da necessidade de um estado moderno, mas imortaliza o momento do dia 11 de Janeiro de 1890, em que a música cessou e os missionários, aventureiros, cónsules, pesquisadores de concessões, caçadores brancos e de toda a ralé das “partes interessadas” ficaram imobilizados em posturas que um tratado internacional não tardaria a tornar inalteráveis”.

“Se o estado de Moçambique surgido das posteriores incluía as antigas cidades do Litoral e o Zambeze que fora português ou estivera sob influência portuguesa desde o século XVI, as suas fronteiras internas reflectiam as actividades mais recentes dos aventureiros e caçadores de concessões. Os acontecimentos mais decisivos dos cinco anos anteriores tinham sido a celebração com o êxito do Tratado de Augusto Cardoso a leste do lago Malawi, em 1885, e dos Tratados de Buchanan e Johnston celebrados a ocidente e sul em 1889, o fracasso de Andrada e Sousa na ocupação do norte do território dos Machonas quando o seu exército derrotado em Mtoko, em 1887, e o êxito dos aventureiros portugueses por oposição aos britânicos na conquista da sensibilidade e de parte da confiança de Gungunhana durante os cinco primeiros anos do seu reinado. O traçado final das fronteiras, porém, iria apresentar-se repleto de dificuldades, e, numa determinada fase, em meados da década de 1890, pareceu que a música iria recomençar a reactivar-se o corropio de aventureiros e caçadores de concessões”, conta o historiador inglês Malyn Newitt no seu livro “História de Moçambique”.

Portugal tentou criar sector entre Angola e Moçambique que fosse administrado conjuntamente com a Grã-Bretanha

Newitt relata que: “A reacção portuguesa imediata ao ultimato foi procurar o apoio de outras potências europeias para um processo de arbitragem, invocando o Artigo 12º do Tratado do Congresso de Berlim. Lord Salisbury recusou desde logo qualquer concordância, lembrando sem dúvida o resultado da arbitragem da baía de Delagoa que achara favorável a Portugal, mas a discussão do



assunto atrasou as negociações sobre a fronteira até Abril, altura em que se entabularam conversações bilaterais em Lisboa. Tendo falhado a obtenção de arbitragem, Portugal tentou manter vivas as suas aspirações a um prolongamento contínuo do território através de África e propôs em Maio a criação de sector entre Angola e Moçambique que fosse administrado conjuntamente pela Grã-Bretanha e por Portugal.”

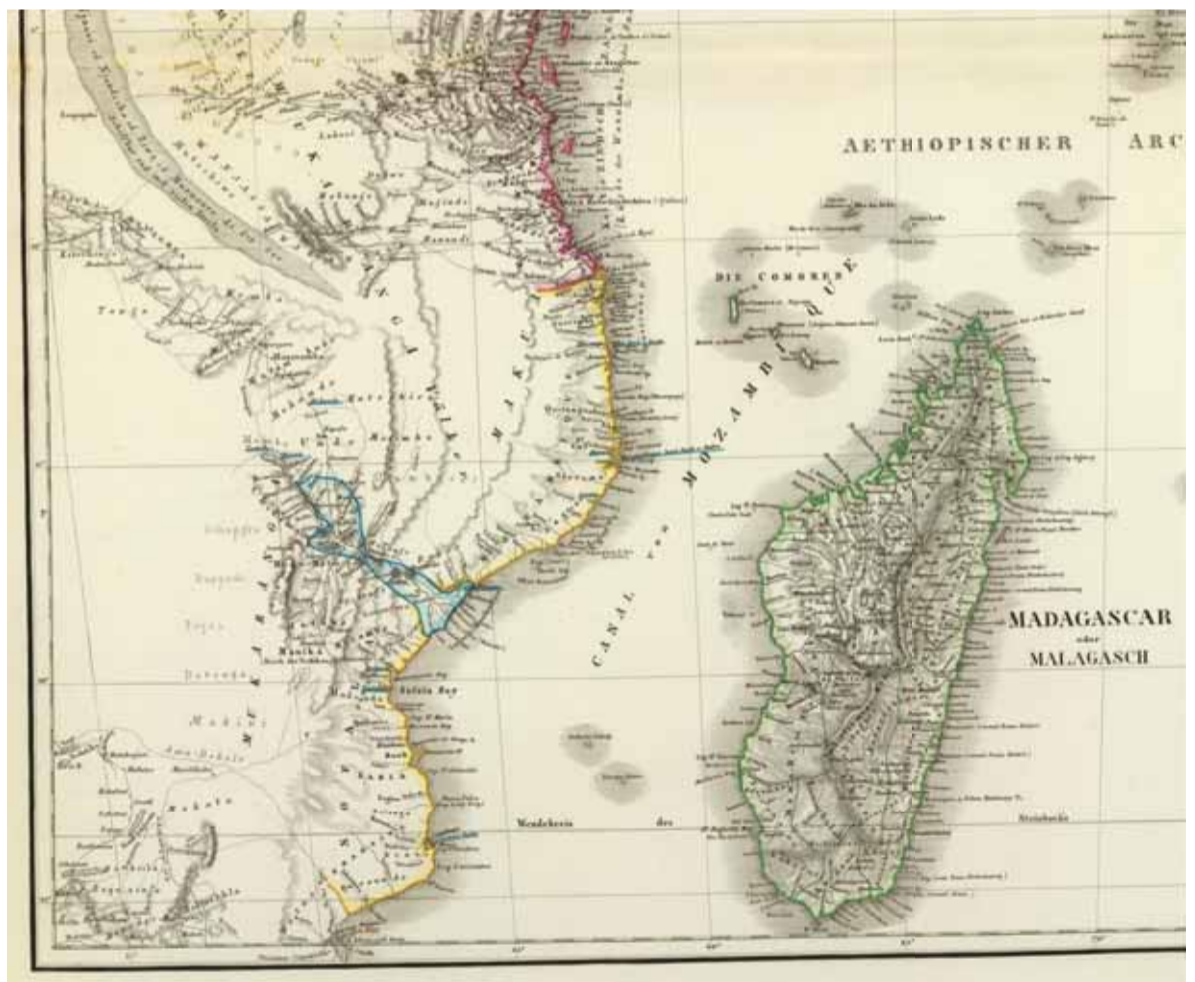
“É importante a política destas propostas. A sobrevivência do governo português e de todo o regime monárquico tinha sido ameaçada pelo ultimato. O governo não estava em posição de estabelecer compromissos, muito embora soubesse que não conseguiria fazer frente a uma potência como a Grã-Bretanha, que resolvera gerar polémica com a demarcação das fronteiras da África Central. Por conseguinte os Portugueses avançaram propostas que sabiam irem ser recusadas e aguardavam que lhes fosse imposta a solução da Grã-Bretanha. O governo britânico encontrava-se sob pressão da British South African Company, de Rhodes, que se preparava para ocupar o território que lhe fora concedido por decreto e estava ansioso por que, se possível, nenhuma zona da alta savana a sul do Zambeze viesse para Portugal”, explica o historiador que escreveu mais de 20 livros sobre Portugal e as colónias africanas.

“Portugal pouco mais era do um estado-cliente da Grã-Bretanha”

Malyn Newitt refere que: “A 20 de Agosto de 1890, foi assinado um tratado que concedia à Grã-Bretanha as Terras Altas do Shire e a alta savana do território

da Grã-Bretanha. Por último, Portugal deveria arrendar território à Grã-Bretanha em Chinde, na foz do Zambeze, para a construção de um porto, e concordou em criar um linha férrea desde a foz do Púnguê até ao território sob protecção. O tratado ameaçava arrancar de um modo grosseiro a parra que cobria o facto embaraçoso de que Portugal pouco mais era do um estado-cliente da Grã-Bretanha.”

“Nos oito meses subsequentes ao ultimato tinham-se verificado idas e vindas extraordinárias na África Ocidental. Muito embora Salisbury exigisse que os portugueses se abstivessem de actividade nas zonas sujeitas a negociação, ninguém impediu Rhodes e os seus agentes de levarem por diante as suas actividades. Alfred Sharpe percorreu o Luangwa mas encontrou toda a região sob o chicunda português e uma bandeira portuguesa hasteada no território dos Mpezenis. Em Junho, a “Coluna Pioneira” de Rhodes entrou no território dos Machonas e Colquhoun e Jameson foram enviados respectivamente para celebrar tratados em Manica e estudar um percurso até a costa. Encontraram em todos os pontos das terras altas de Manica vestígios da presença e actividade de pesquisadores ou funcionários ao serviço da Companhia de Moçambique. Em Junho, os portugueses criaram uma guarnição na junção do Kafue e do Zam-



ter direitos especiais numa faixa ao longo da margem norte do rio onde poderia construir estradas e caminho-de-ferro e erguer linhas de telegrafo. O tratado estava mais preocupado com a liberdade de comércio e direitos de trânsito, que havia provocado tensões diplomáticas na década de 1880, e Portugal preferiu não alienar qualquer parte do seu território a um terceiro país sem o consentimento

beze, e em Agosto partiu uma expedição à região da Lunda. Porém, as tentativas portuguesas de estenderem o seu sistema de tratados para leste do lago Malawi caíram por terra quando Valadim e a sua expedição se malograram às mãos do chefe Mataka. Entretanto, Buchanan reforçou a soberania britânica nas Terras Altas do Shire através do método improvisado de execução de dois cipais portu-

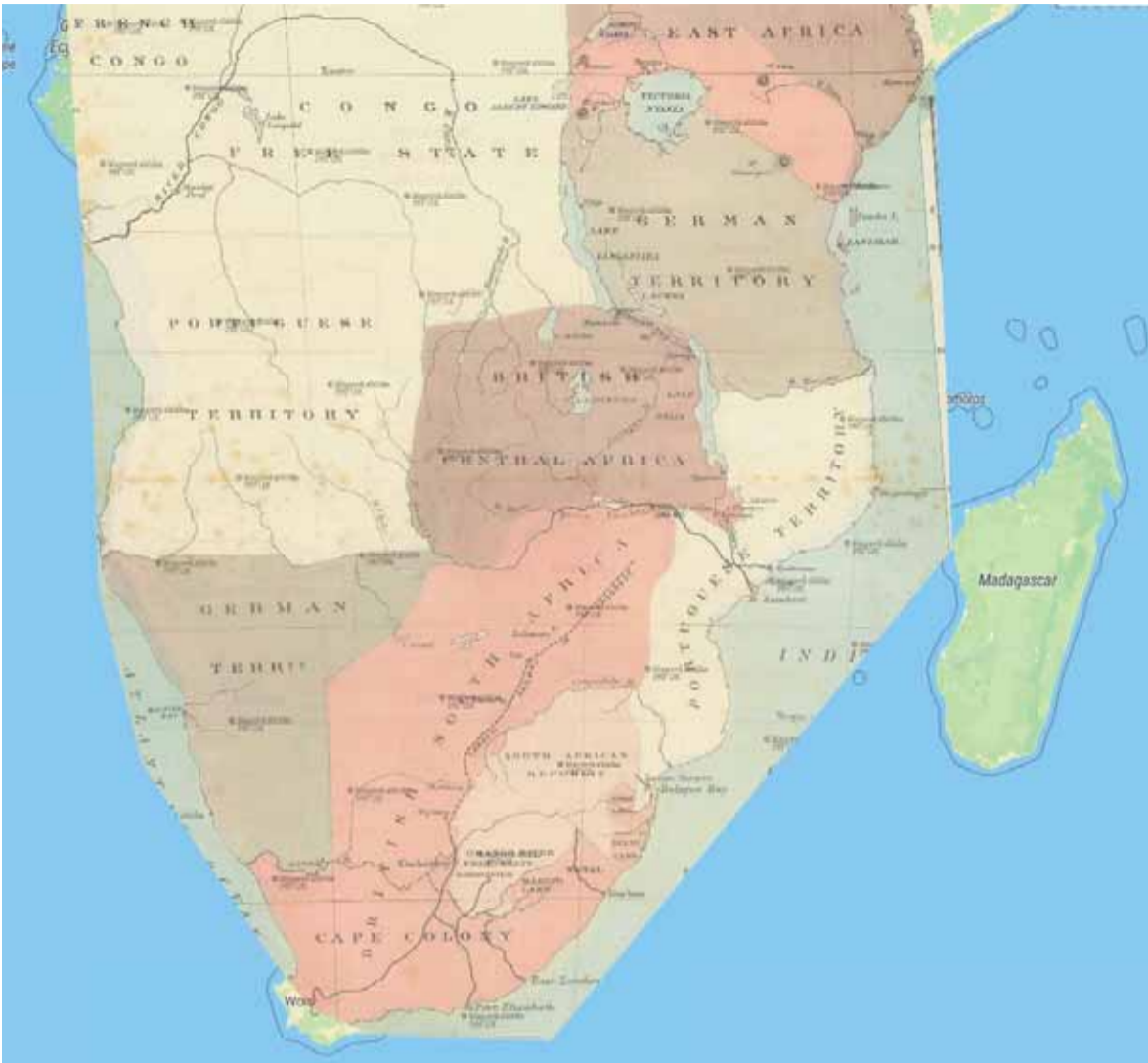
gueses. Na foz do Chinde, canhoneiras portuguesas incapazes de navegar devido a sabotagem dos motores, tentaram enfrentar um navio topográfico britânico, que respondeu disparando os seus canhões. Durante o que foi, na verdade, uma suspensão do direito internacional, os “homens no local” entretiveram-se a posicionar-se e aproximar-se cada vez mais de acções que poderiam ter provocado um incidente grave”, narra o historiador inglês.

Cecil Rhodes tenta garantir o máximo território possível para a Chartered Company e criar um corredor até ao mar

O professor na universidade King's College de assuntos portugueses e africanos conta ainda que: “Em Setembro, a questão começou a tornar-se mais séria. O governo português, incapaz de obter a aceitação de um tratado nas Cortes, demitiu-se a 16 de Setembro, o Almirantado ordenou que uma canhoneira britânica subisse o Zambeze e chegaram notícias de um acto de pirataria por parte de Cecil Rhodes. A 15 de Setembro, alguns dos soldados de Rhodes prenderam Andrada e Manuel António de Sousa na capital de Mutasa e passaram a ocupar Mesekesa. Rhodes tentava aproveitar-se do hiato diplomático e da rejeição, por parte de Portugal, do tratado

de partilha para garantir o máximo território possível para a Chartered Company e, se viável, criar um corredor até ao mar. A possessão em África, reflectiu ele, eram nove-décimos da lei, e previa que Salisbury, que antes fora instigado e espicaçado eficazmente por Buchanan e Johnston na zona do Shire, se revelasse igualmente instigável em Manica.”

→ continuação Pag. 02 - Moçambique existe há 130 anos



“Todavia, os “homens no local” tinham sido demasiado lentos. A 14 de Novembro, Portugal e a Grã-Bretanha assinaram um acordo provisório (um *modus vivendi*) que vigoraria durante seis meses, aceitando os limites territoriais do tratado de Agosto, até uma resolução definitiva da fronteira. A Chartered Company resolveu ficar no mesmo sítio e recusou-se a evacuar o território “português”, e as duas tropas ocupavam ainda Masekesa em Dezembro”, pode-se ler no livro que é uma raridade em Moçambique.

Malyn Newitt descreve que: “Durante o princípio de 1891, os portugueses tentaram reunir uma expedição para enviar a Manica, enquanto Rhodes mandava um grupo armado ao Púnguê para abrir uma estrada do mar até a alta savana. Quase todos os dias se registava alguma confrontação entre o pes-

soal da Chartered Company e os Portugueses, e a Companhia exigiu então alto e bom som uma intervenção do governo britânico para vingar os insultos à bandeira. O incidente mais grave deu-se em Maio de 1891, quando tropas portuguesas e da Chartered Company se envolveram em Masekesa. Após um pequeno recontro, os soldados da Companhia perseguiram os portugueses em debandada até à costa. A 29 de Maio, parecia iminente um segundo combate quando um emissário do Alto-Comissário Britânico na África do Sul ordenou inequivocamente às forças da Chartered Company que se retirassem.”

Nova fronteira incluiu reino de Gungunhana na esfera portuguesa

“A 28 de Maio de 1891, a Grã-Bretanha e Portugal acabaram

por assinar um tratado que vinha de alguma forma alterar os termos aceites no ano anterior.

Os acontecimentos em Manica tinham-se reflectido numa nova fronteira que acompanhava a linha da escarpa e deixava a capital de Mutasa do lado britânico da linha e Masekesa do lado português. A demarcação inicial do Shire e região do lago não foi alterada, mas Portugal tinha motivos para estar satisfeito, pois o reino de Gungunhana era reconhecido finalmente como pertencente à esfera portuguesa, enquanto os extensos territórios a norte do Zambeze, há muito ocupados pelos chicundas portugueses, eram também incluídos em Moçambique. Através de uma cláusula secreta do tratado, a pedido de Portugal, a Alemanha era nomeada a potencia que arbitraria quaisquer desinteligências. A satisfação derradeira para Portugal terá sido a ira de Rhodes ante uma delimitação que realmente tirava o tapete de baixo da sua guerra de corso territorial”, expõe o livro “História de Moçambique”.

Malyn Newitt conclui o capítulo do livro, sobre a delimitação das fronteiras, que até hoje conhecemos no nosso país, narrando: “Assim, Moçambique emergia finalmente das propostas e contra-propostas avulsas, das reivindicações sonoras de aventureiros e do emaranhado de mapas, Cor-de Rosa ou outros.

Sem dúvida as suas fronteiras reflectiram em certa medida a evolução histórica da região. Os antigos portos marítimos de Ibo e Quissanga a norte de Inhambane e Lourenço Marques, no sul, tinham sido incluídos no novo estado com grande parte do comércio interior de que dependiam. Contudo, a baía de Delagoa ficou muito desligada do seu interior e manteve-se isolada e quase um enclave no Estado Sul-Africano que despontava. No Zambeze, os antigos territórios dos prazos foram incluídos em território português, tal como o interior de Sena no Barué e Manica. Tete e Zumbo viram o seu interior setentrional incluído, mas a zona a sul limitada aos braços inferiores dos rios Mazoe e Ruenha. As regiões a oeste de Zumbo perderam-se. A forma final do país apresenta três saliências – Tete e Zumbo, rodeados em três lados pelo território britânico, a saliência britânica nas Terras Altas do Shire rodeada por terra lusa; e a saliência que engloba o porto de Lourenço Marques, avançando para sul no território sul-africano. Moçambique estava encravado na África Central e do Sul Britânica, qual peça de um quebra-cabeças – peça essa que ostentava cada vez mais a imagem do empreendimento financeiro e do interesse imperial britânicos.”



→ continuação Pag. 01 - Movitel reconhece funcionários comprometidos com o sucesso da empresa em 2019

E nestes aspectos os condecorados cobrem todos requisitos supra citados e muito mais.

Mitilage Chale Junior, está na Movitel desde o ano de 2013 integrado na equipe responsável pelos serviços de valor acrescentado e utilitários, de entretenimento em plataformas 2G e 3G, inclui a inserção de conteúdos para posterior acessibilidade por parte dos nossos subscritores e suporte na divulgação em SMS em massa dos serviços.

“Após 6 longos anos, a minha entrega foi reconhecida e fui condecorado, junto com vários colegas, um dos melhores funcionários de 2019. Esta condecoração veio



dar mais impulso a minha entrega e sentido de responsabilidade no que concerne a contribuição como trabalhador exemplar e digno do reconhecimento. Agradeço a Movitel pois foi onde me tornei o ser profissional e capacitado que hoje sou. Espero continuar fazer parte da família Movitel, até onde Deus permitir”, comentou Mitilage Junior.

Por sua vez Kalide Aly Izidine de Sousa, 28 anos de idade, começou por recordar o seu percurso, desde que entrou na Movitel em Maio de 2014. “Iniciei como Chefe de Departamento de Customer Care e actualmente trabalho no Departamento de Marketing da Movitel como Gestor de Con-

teúdos. Dentre outras, é minha responsabilidade garantir que a divulgação dos serviços e promoções da Movitel nos meios de comunicação e publicidade tenham qualidade e estejam correctos (língua e conteúdo)”.

“É minha responsabilidade, também, testar os mesmos serviços e promoções (benefícios, erros, mensagens e demais aspectos) de forma a garantir a sua funcionalidade e estabilidade antes de ir ao público. Trabalhando na Movitel, pude aprender muito e é onde me tornei o profissional que hoje sou. No meio às imensas diferenças de ideais e culturais, trabalhar na Movitel tem sido uma experiência única”, comentou Kalide de Sousa.



Ano Escolar em Moçambique inicia a 31 de Janeiro e termina em Novembro

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) anunciou nesta quarta-feira (08) que o Ano Escolar em Moçambique vai iniciar a 31 de Janeiro e que as aulas serão leccionadas até 13 de Novembro.

Texto: Adérito Caldeira

“Em 2020, abertura solene do Ano lectivo terá lugar no dia 31 de Janeiro, sexta-feira, sob o Lema: Por uma Educação Inclusiva, Patriótica e de Qualidade”, revelou o director do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ismael Nheze, precisando que “a Cerimónia Central terá lugar na Escola Secundaria de Chiconono, no Distrito de Muembe, na Província do Niassa”.

Mas nos dias 29 e 30 de Janeiro os

alunos dos ensinos secundário e primário, respectivamente, devem apresentar-se às escolas para “actividades de formação cívica”, apurou o @Verdade no calendário escolar.

As aulas do 1º trimestre decorrem até 30 de Abril, estando as primeiras férias agendadas para 4 a 8 de Maio.

O 2º trimestre deverá iniciar a 11 de Maio e as aulas acontecem até 7 de Agosto. As férias do meio do ano es-

tao previstas para 10 a 21 de Agosto.

O derradeiro trimestre escolar de 2020 inicia a 24 de Agosto e termina a 13 de Novembro. Paralelamente decorrem os exames da 5ª classe, entre 9 e 13 de Novembro.

Os exames da 7ª classe estão marcados para 23 a 27 de Novembro enquanto os exames da 10ª e 12ª classes deverão acontecer entre 25 de Novembro e 01 de Dezembro.

350 mil crianças ainda por matricular na 1ª classe em Moçambique

Mais de três meses após o início das matrículas para a 1ª classe em Moçambique, e quando faltam 22 dias para o início do Ano Escolar, continuam por inscrever cerca de 350 mil crianças, particularmente nas províncias da Zambézia, Nampula e Tete.

Texto: Redacção

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) apelou nesta quarta-feira (08) “a todos os pais e encarregados de educação a levarem as suas crianças em idade escolar a realizarem a matrícula, apesar do prazo ter expirado”.

Falando em conferência de imprensa, em Maputo, Director Geral do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ismael Nheze, disse que para atingir a meta de inscrever 1.551.694 crianças o MINEDH “vai permitir a título excepcional que se matriculem nas escolas que ainda têm vagas”.

Até 31 de Dezembro haviam sido matriculadas 1.197.033 crianças na 1ª classe estando as províncias de Sofala, Cabo Delgado e



Cidade de Maputo perto, de cumprir as suas metas. As aproximadamente 350 mil crianças por matricular estão nas províncias da Zambézia, 96 mil, Nampula, 58 mil, e Tete, 33 mil.

A fonte acrescentou que o MINEDH encoraja as direcções de escola a interagirem “de modo a orientar os pais e encarregados de educação a indicação das escolas de proximidade que ainda tenham vagas”.

MINEDH desconhece quantas escolas estão afectadas Calamidades Naturais e conflitos armados em Moçambique

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) ainda não sabe com quantas escolas vai iniciar o Ano Lectivo a 31 de Janeiro nem quantos alunos não poderão estudar devido as Calamidades Naturais e conflitos armados no Centro e Norte de Moçambique. “Neste momento não se tem em detalhes o número de crianças deslocadas e de escolas que nós encerramos” esclareceu o director do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ismael Nheze.

Texto: Adérito Caldeira

Questionado pelo @Verdade, na passada quarta-feira (08), sobre quantas escolas e alunos não poderão iniciar o Ano Escolar devido as chuvas no Norte do país e aos conflitos armados no Centro e na Pro-

vinha de Cabo Delgado o representante do MINEDH disse que: “Neste momento estamos a fazer um levantamento da situação existente, primeiro provocada pelas intempéries na zona Norte e temos kits de emergência para atender a estas crianças”.

O número real, de acordo com Ismael Nheze, só será conhecido “à medida daquilo que formos tendo informação, neste momento temos equipas nossas no terreno para entenderem qual é o impacto das calamidades e da desestabilização no condicionamento de haver deslocados, neste momento não

se tem em detalhes o número de crianças deslocadas e de escolas que nós encerramos”.

Relativamente as 4.222 salas de aulas devastadas pelos ciclones Ijai e Kenneth, no início de 2019, o director do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação explicou que “o processo de reposição é complexo, até este momento conseguimos repor cerca de 600 salas de aulas e este mês está a trabalhar para ver quantas mais conseguiremos reabilitar. Mas criamos condições para que essas crianças que ficaram com as salas afectadas tenham aulas em tendas”.

Sem incluir as escolas danificadas em 2019 e em 2020 o nosso país tinha um défice de aproximadamente 30 mil salas de aulas.



vinha de Cabo Delgado o represen-

Cinco mortos em acidentes de viação em Inhambane e Nampula

Pelos menos cinco pessoas morreram em dois acidentes de viação registados durante a semana passada nas províncias de Inhambane e Nampula onde 54 pessoas ficaram feridas.

Texto: Redacção

A Polícia da República de Moçambique registou um sinistro do tipo despiste na Estrada Nacional nº 6, na Província de Nampula, onde perderam a vida três pessoas e uma outra contraiu ferimentos.

No sábado (04) um autocarro de transporte de passageiros, da empresa Nagy, que fazia uma ultrapassagem irregular colidiu com um camião que circulava em sentido oposto na Estrada Nacional nº 1, na Cidade da Maxixe, na Província de Inhambane, causando a morte de duas pessoas e causando 53 feridos, um dos quais em estado grave.

Quatro óbitos por afogamentos na Província de Nampula

Dois menores morreram afogados no Distrito de Lalaua e outros dois cidadãos afogaram-se na Cidade de Nampula como resultado do mau tempo que se faz sentir nos últimos dias na Província de Nampula.

Texto: Redacção

Na sequência do aumento do caudal do rio Niosse, no Distrito de Lalaua, na Província de Nampula, uma canoa virou e dois dos ocupantes, menores de idade, morreram na passada sexta-feira (03).

No domingo (05) outras duas pessoas perderam a vida por afogamento, um menos de 4 anos e um adulto, arrastadas pelas águas do rio Nicuta nos bairros de Murrapaniua e Muatala na Cidade de Nampula.

Entretanto as autoridades resgatam sem vida o cadáver do piloto da embarcação que naufragou no rio Montepuêz, na Província de Cabo Delgado, durante uma operações de resgate no passado dia 30 de Dezembro.

Chuvas causam mais sete mortos na Zambézia elevando para 31 óbitos na época chuvosa

As chuvas fortes acompanhadas por trovoadas fizeram mais sete vítimas mortais em Moçambique elevando para 32 o total de óbitos desde que a época chuvosa iniciou em Outubro de 2019. Mais de uma semana após o desabamento de uma secção da ponte sobre o rio Montepuêz nove distritos na Província de Cabo Delgado continuam isolados por via rodoviária embora tenham sido adquiridas pontes metálicas pelo Governo.

Texto: Redacção

As mais recentes vítimas mortais aconteceram na na Província da Zambézia e perderam a vida devido ao desabamento das suas habitações de acordo com o chefe do departamento técnico do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades Naturais provincial, Milton Barbosa.

As chuvas e ventos fortes que desde o último dia do 2019 fustigam a Província da Zambézia destruíram “2.300 habitações, dezenas de escolas e pelo menos uma igreja” tendo causado ainda seis feridos.

Normais durante a esta época do ano e ainda sem nenhum evento extremo, como os ciclones tropicais do início do ano passado, as chuvas, trovoadas e ventos fortes já causaram a morte de pelo menos 32 pessoas, entre elas menores de idade.

Entretanto, mais de uma semana após a água danificar cerca de 90 metros da ponte sobre o rio Montepuêz continuam isolados por estrada, desde o passado dia 28 de Dezembro, nove distritos na Província de Cabo Delgado.

Ironicamente o nosso país adquiriu dez pontes metálicas que não foram usados no ano passado quando a Estrada Nacional nº 6 ficou danificada, pelas cheias causadas pelo ciclone Ijai, e agora não há explicação para não estarem a ser utilizadas na Província de Cabo Delgado.

“O Governo não pode chorar, lamentar. Tem que apresentar soluções. Uma das soluções é esta que apresentamos hoje. Não esperamos que a chuva venha. Estamos preparados. Este equipamento está pronto para a acção”, afirmou Nyusi em Dezembro de 2016 no acto de apresentação das pontes.

Nyusi exonera membros do Governo que vão tomar posse como deputados do Parlamento, mas devem renunciar

O Presidente da República exonou na tarde desta quinta-feira (09) nove membros do seu Governo, em fim de mandato, que foram eleitos nas Eleições Gerais de 2019 como deputados da Assembleia da República. Os exonerados são Carlos Agostinho do Rosário, Jaime Basílio Monteiro, Conceita Sortane, Nyeleti Mondlane, Carmelita Namashulua, Vitória Diogo, Raimundo Diomba, Francisca Tomás e Catarina Mário Dimande, que na próxima segunda-feira (13) irão tomar posse no Parlamento mas o @Verdade entende que irão renunciar aos mandatos para voltarem ao Executivo que deverá ser anunciado nos próximos dias.

Um comunicado da Presidência da República anuncia que Filipe Nyusi, no uso das competências que lhe são conferidas pela Constituição da República, "exonerou através de Despachos Presidenciais separados os seguintes membros do Governo: Carlos Agostinho do Rosário do cargo de Primeiro-Ministro; Jaime Basílio Monteiro do cargo de Ministro do Interior; Conceita Ernesto Xavier Sortane do cargo de Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano; Nyeleti Brooke Mondlane do cargo de Ministro da Juventude e Desportos; Carmelita Rita Namashulua do cargo de Ministro da Administração Estatal e Função Pública; e Vitória Dias Diogo, do cargo de Ministro do Trabalho, Emprego e Segurança Social".

O Chefe do Estado moçambicano

exonerou também Raimundo Maico Diomba do cargo de Governador da Província de Maputo, Francisca Domingos Tomás do cargo de Governador da província do Niassa e Catarina Mário Dimande, do cargo de Conselheiro do Presidente da República.

Carlos Agostinho do Rosário e Francisca Tomás foram eleitos deputados pelo Círculo eleitoral de Manica, Jaime Basílio Monteiro e Raimundo Diomba pela Zambézia, Conceita Sortane e Nyeleti Mondlane foram eleitas pela Província de Gaza, Carmelita Namashulua pela Província de Maputo, Vitória Diogo por Tete, e Catarina Mário Dimande pela Cidade de Maputo.



Texto: Adérito Caldeira

No entanto o @Verdade entende, tal como tem sido prática do partido Frelimo, que estes membros cumprirão as formalidades da Assembleia da República, na manhã de segunda-feira (13), no entanto deverão renunciar aos mandatos para cumprirem missões novas ou manterem os cargos que exerceram até ao momento.

HCB falha meta de produção de energia e esconde Balanço Energético

A Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB) falhou a meta de produção de energia elétrica no ano passado e culpa o ciclone Idai, que não atingiu a Província de Tete. Questionada pelo @Verdade sobre o seu Balanço Energético e a reabilitação do 5º grupo gerador a empresa agora cotada na Bolsa de Valores de Moçambique optou pela falta de transparência.

Através de um comunicado de imprensa a HCB anunciou esta semana que "logrou alcançar, no ano de 2019, uma produção total de 14.656 GWh. Apesar dos efeitos nefastos causados pelo ciclone Idai sobre as linhas de transporte de energia que condicionaram a meta de 14.809 GWh, esta cifra representa um crescimento gradual assinalável em 7,3 por cento se comparada com a produção de 2018, que foi de 13.659 GWh".

"Para o ano de 2020, de acordo com os índices de armazenamento e as tendências de afluência de água na albufeira de Cahora Bassa, conjugada com as previsões meteorológicas sobre a bacia do Zambeze e a disponibilidade dos equipamentos de geração, conversão e transporte de energia, a meta de produção está fixada em 14.938 GWh", perspectiva a empresa ainda longe da sua produção normal que situa-se acima dos 16 mil Gigawatts hora (GWh), fassua que não é atingida desde 2015 altura em que a Bacia do Zambeze começou a sentir os efeitos da seca hidrológica que assola parte da África Austral.

O @Verdade questionou à Hidroelétrica qual o Balanço Energético do ano passado no entanto a empresa res-

pondeu que ainda está "a preparar o relatório e contas de 2019 com dados consolidados sobre a sua operação".

Esta falta de transparência e o uso do ciclone que não chegou a atingir a Província de Tete como argumentos levantam dúvidas sobre os verdadeiros motivos da produção muito abaixo do normal num ano em que a situação de seca hidrológica que afectou a barragem desde a época 2015 - 2016 deixou de ser uma preocupação.



É que embora não tenha sido atingido pelo ciclone Idai a HCB sentiu o impacto da inundação que aconteceu semanas antes no rio Revúbue, um afluente da Bacia do Zambeze.

Contudo a empresa dirigida por Pe-

dro Couto não esclareceu ao @Verdade que percentagem do Nivel Pleno de Armazenamento foi atingido em 2019 nem se foi possível durante o ano passado realizar os necessários testes de hidrostática.



A HCB também não quis esclarecer qual o estágio da reabilitação do quinto grupo gerador, que desde 2018 não tem funcionado a 100 por cento.

Pelo menos até 2029 cerca de 72 por cento de toda energia produzida pela HCB é vendida à Electricity Supply Commission of South Africa (ESKOM). Apenas 21 por cento da energia é vendida à Electricidade de Moçambique, que paga três vezes mais caro do que ESKOM, e 7 por cento da potencia firme é comercializada à Zimbabwe Electricity Supply Authority (ZESA).

Texto: Adérito Caldeira

Sul de Moçambique está em seca agrícola e hidrológica

Mais de 3 meses após o início da época chuvosa 2019 - 2020 "as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica e grande parte de Sofala e Tete continuavam afectadas por défices de precipitação" o que, de acordo com o INAM, "está a provocar uma seca agrícola e hidrológica".

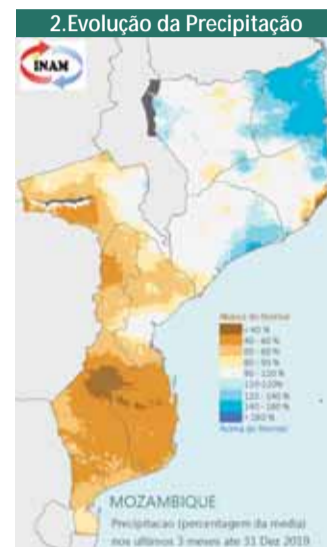
Texto: Redacção

"O primeiro período (Outubro-Novembro-Dezembro) da época chuvosa 2019-2020, em Moçambique, foi caracterizada por condições mais secas que a média, em particular no Sul e Centro do país. Nas províncias do Norte, chuvas abundantes desde meados de Novembro tem levado a uma melhoria da situação, e as condições propícias para a prática das actividades agrícolas. Todavia, no Sul e Centro de Moçambique, défices hídricos tem persistido resultando em perda de culturas e fraco desenvolvimento vegetativo das culturas", assinala o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM).

No segundo balanço da época chuvosa o INAM indica que as "Temperaturas de superfície do solo amenas e cobertura vegetal com tendências de melhorar principalmente no Centro e Norte do país confirmam o impacto de chuvas que tem caído um pouco por estas regiões".

A análise, publicada esta semana pelo INAM, refere que a falta de chuva nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica e grande parte de Sofala e Tete "está a provocar uma seca agrícola e hidrológica" o que "está a comprometer a campanha agrícola e consequente insegurança alimentar".

"As previsões sazonais (de 3 meses) e subsazonais (de 10 e/ou 30 dias) apontam para maior probabilidade de ocorrência de precipitações abaixo da média durante o período de Janeiro à Março, principalmente nas regiões sul e centro do país", perspectiva o Instituto Nacional de Meteorologia.



Divulgação

Entre 1 de Abril e 30 de Junho deste ano: 90 mil pensionistas do INSS submetem-se à Prova de Vida

Terá lugar de 1 de Abril a 30 de Junho de 2020, em todo o País, a Prova Anual de Vida (PAV) dos pensionistas, ao abrigo do nº 1 do artigo 83 do Regulamento da Segurança Social Obrigatória, aprovado pelo Decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Para o efeito, brigadas técnicas do INSS irão atender os pensionistas durante aquele período nos locais a serem, previamente, indicados nas cidades e nos distritos.

Para a realização da PAV, os titulares das pensões, designadamente os pensionistas de velhice, de invalidez e de sobrevivência, devem ser portadores do bilhete de identidade e do cartão de pensionista. A PAV irá abranger a nível nacional, cerca de 90 mil pensionistas.

Os pensionistas que, em razão de seu estado de saúde estiverem incapacitados de se deslocar aos locais indicados, o INSS irá prestar atendimento domiciliário, devendo para o efeito informar os serviços da Segurança Social mais próximos.

A não realização da PAV implicará a suspensão do pagamento das pensões, pelo que o INSS exorta aos pensionistas para aderirem ao processo.

De referir que, desde o ano de 2018, a PAV dos pensionistas decorre de forma biométrica, no quadro da modernização e informatização dos serviços do INSS.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número O14/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.